

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

COMISSÃO APROVA NOVAS HIPÓTESES DE TELEMARKETING ABUSIVO

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado (CTFC) aprovou, na última quinta-feira (15), o PLS nº 48/2018, de autoria do senador Roberto Muniz (PP-BA), que acresce artigo ao Código de Defesa do Consumidor para definir novas hipóteses abusivas de telemarketing ativo. O projeto foi aprovado nos termos do parecer do relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE). O texto considera abusivo o telemarketing que não observar uma série de regras, entre as quais a obediência ao horário para realização de ligações, entre 10h e 21h de segunda a sexta-feira e de 10h às 13h aos sábados, a proibição da reiteração da mesma oferta de produto ou serviço, a realização de mais de três chamadas telefônicas para o mesmo consumidor no mesmo dia e a prática de chamadas aleatórias ou para números sequenciais. Caso não seja apresentado recurso por 1/10 dos senadores para levar o projeto ao Plenário do Senado, o PLS seguirá para a Câmara dos Deputados.

SENADO APROVA ACORDO ENTRE BRASIL E EUA PARA USO PACÍFICO DO ESPAÇO EXTERIOR

O Plenário do Senado aprovou, na última terça-feira (13), o PDS nº 245/2017, que aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos sobre cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior, assinado em Brasília, em 19/03/2011. O Acordo determina a identificação de áreas de interesse mútuo e o desenvolvimento de programas ou projetos de cooperação para a exploração e os usos pacíficos do espaço exterior nas áreas de ciência, observação e monitoramento da Terra, ciência espacial, sistemas de exploração, operações espaciais e outras áreas relevantes de interesse mútuo. Segundo o texto do Acordo, os programas poderão ser implementados por meio de naves espaciais e plataformas de

pesquisa espacial, missões de operação espacial, voos e campanhas de foguete de sondagem e balões científicos, voos de aviões, instalação de pesquisas terrestres, intercâmbio de cientistas e de dados científicos, entre outros. O objetivo do Acordo é estabelecer uma cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a agência americana (National Aeronautics and Space Administration - NASA). A relatora da proposição, senadora Ana Amélia (PP-RS), afirmou que a formalização do acordo é necessária para possibilitar que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) lancem, em conjunto com a NASA, um satélite de monitoramento do clima. O decreto legislativo que aprova o Acordo foi publicado em 15/03/2018 e o Acordo deverá agora ser ratificado e promulgado pelo presidente da República.

COMISSÃO APROVA TAXA MAIOR PARA EMPRESA DE TELEFONIA QUE NÃO ATENDE BEM OS CLIENTES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou, na última terça-feira (13), o PLS nº 502/2013, de autoria do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que altera a Lei nº 5.070/1966 para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Pela proposta, a TFF será 15% mais alta para operadoras que não cumprirem as metas de qualidade determinadas pela agência reguladora. O objetivo da norma, de acordo com o autor do PLS, é estimular as operadoras de telefonia a destinar recursos ao aperfeiçoamento do atendimento aos seus clientes. Por tramitar em regime terminativo, o PLS pode agora seguir diretamente à Câmara dos Deputados caso não haja recurso contra a aprovação da CAE e para levar a deliberação do Projeto ao Plenário do Senado. Na Câmara, o projeto seguirá regime similar de tramitação.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócio responsável: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br)

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CCJ APROVA A OBRIGATORIEDADE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ENERGIA SOLAR NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal, aprovou o PLS nº 317/2015, de autoria do senador Dário Berger (PMDB-SC), e que teve como relator, nesta comissão, o senador José Pimentel (PT-CE). O PLS determina que prédios públicos novos e já existentes utilizem sistemas de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais e de energia solar a serem consumidos nessas edificações. Agora, o projeto seguirá à Comissão de Meio Ambiente (CMA) para deliberação.

COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO QUE DESCENTRALIZA O RESSARCIMENTO AO SUS POR ATENDIMENTOS A BENEFICIÁRIOS DE PLANOS PRIVADOS DE SAÚDE

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do Senado Federal, aprovou, na última quarta-feira, o PLS nº 308/2015, que modifica a Lei dos Planos de Saúde para alterar o modelo de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), por atendimentos a beneficiários de planos privados de saúde. Atualmente, os valores ressarcidos são encaminhados ao Fundo Nacional de Saúde, que é vinculado à esfera federal do SUS. O PLS prevê a destinação de 80% dos recursos ao fundo municipal ou estadual da rede onde de fato ocorreu o atendimento. Todavia, se o ente federado que prestou o referido serviço, através de convênio com a União, assumir o ônus da cobrança da dívida, inclusive por meio judicial, ficará com a totalidade dos valores ressarcidos.

Como a proposição tramita em caráter terminativo, caso não seja apresentado recurso à presente deliberação para levar o PLS ao Plenário do Senado, será encaminhado à Câmara dos Deputados para apreciação.

RODRIGO MAIA DIZ QUE PECs PODEM TRAMITAR EM COMISSÕES DURANTE INTERVENÇÃO FEDERAL

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), determinou, na última terça-feira (13), que as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) poderão tramitar em comissões mesmo durante o período em que perdurar a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Essa decisão inclui a tramitação das PECs perante a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) e perante as Comissões Especiais criadas especificamente para analisar cada PEC. Contudo, nenhuma PEC poderá ser deliberada em Plenário durante esse período. A Constituição Federal determina que não pode haver emenda ao texto constitucional durante período de intervenção federal, estado de sítio ou emergência nacional. De acordo com o presidente da Câmara, a interpretação literal do dispositivo constitucional levaria ao entendimento de que somente a promulgação de emenda é que estaria vedada. No entanto, afirmou Maia em coletiva na última semana, a promulgação consiste em mero ato formal de consolidação da norma e que manter o entendimento de que o impedimento restringe-se somente ao ato da promulgação seria uma forma de burlar a intenção do legislador, que previu alterações desse tipo somente em momentos de plena normalidade da ordem constitucional.

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 809/2017, QUE ALTERA A LEGISLAÇÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES (ICMBIO)
21/03/2018, ÀS 14H30

Audiência pública com autoridades da área para debater a MP nº 809/2017.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
20/03/2018, ÀS 10H

Audiência pública para debater o tema "Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira)".

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
21/03/2018, ÀS 9H

PLC nº 183/2017, que regulamenta o Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado pelo Decreto nº 76.403/1975, estabelecendo suas diretrizes, organização, competências e formas de financiamento e fiscalização.

Relator: sen. Armando Monteiro (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)
21/03/2018, ÀS 11H

PLC nº 124/2015, que dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade.

Relator: sen. Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Relatório: pela aprovação do PLS nº 642/2015, com emendas, e pela rejeição do PLC nº 124/2015.

PLS nº 153/2017, que altera a Lei dos Planos de Saúde para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.

Relator: sen. João Capiberibe (PSB-AP)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)
21/03/2018, ÀS 10H

PLS nº 65/2014, que altera o Estatuto da Cidade para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e para instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.

Relator: sen. Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Relatório: pela aprovação.

PLS nº 283/2016, que altera a Lei do CADE para tornar a multa à prática de cartel proporcional ao tempo de duração da infração, instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de outros incentivos ao acordo de leniência.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 54/2017, que dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Relator: sen. Cidinho Santos (PR-MT)
Relatório: pela aprovação.

PLS nº 60/2017, que altera a Lei dos Partidos Políticos para aplicar a estes as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno a adoção de código de conduta, programa de integridade e auditoria.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

PLS nº 173/2017, que altera a Lei de Propriedade Industrial para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Relator: sen. Valdir Raupp (MDB-RO)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 319/2017, que altera a Lei de Licitações para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

PLS nº 320/2017, que estabelece medidas concretas para garantir o devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

Relator: sen. Magno Malta (PR-ES)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)
20/03/2018, ÀS 14H30

PLS nº 662/2011, que altera a Lei dos Serviços de Telecomunicações para aperfeiçoar a apresentação das informações técnicas e de preços pelas prestadoras de serviços de telecomunicações a seus usuários.

Relator: sen. Paulo Rocha (PT-PA)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)
20/03/2018, ÀS 11H30

PLS nº 63/2017, que altera a Lei das Sanções de Condutas Lesivas ao Meio Ambiente para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Relator: sen. Sérgio Petecão (PSD-AC)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)
20/03/2018, às 9H

PLS nº 253/2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.
Relator: sen. Jorge Viana (PT-AC)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 107/2017, que inclui, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração.
Relator: sen. Roberto Muniz (PP-BA)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO (CDHET)
19/03/2018, às 9H

Audiência pública para debater sobre o tema "Organização Sindical, Negociação Coletiva e Direito de Greve".

CPI DO BNDES
20/03/2018, às 14H30

Reunião para deliberar o Relatório Final do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUSSÃO DO PL Nº 6.814/2017, QUE INSTITUI A NOVA LEI DE LICITAÇÕES
20/03/2018, às 14H30

Audiência pública para debater o PL.

